Benefícios do APPCC

- Facilidade no sentido de permitir inspeções sanitárias;
- Acentua o comércio internacional;
- Melhora o marketing da marca (e até das raças) do produto final;
- Agrega a imagem da marca ao produto;
- Estimula e deve aumentar a confiança do consumidor em relação ao produto final;
- O consumidor final tem certeza da inocuidade do produto consumido.

a se o produto final apresenta ou não riscos ao consumidor. Toda a Cadeia Produtiva e Alimentícia, do campo à mesa do consumidor, estará sustentada em provas científicas, que evitem perigos à saúde humana.

A APPCC pode estar vinculada a outros Sistemas de Gestão da Qualidade, como a ISO 9000, pois sua aplicação atende ao Regulamento CE 178/2002, que regulamenta a Portaria 93/43 /CEE e trata da Segurança Alimentar.

Em curto prazo, é praticamente impossível atender a todas as exigências estipuladas pela UE. Atualmente, as carnes dos animais abatidos, para serem exportadas, passam por um controle numérico, pela aplicação de um elemento identificador específico. Um grande esforço deverá se concentrar na adoção de vários quesitos técnicos, com o esclarecimento de pontos em relação ao SISBOV e aos procedimentos relacionados com a rastreabilidade. ■

ROMÃO MIRANDA VIDAL *é médico veterinário. E-mail: romaov@terra.com.br*

O que é APPCC ou HACCP?

Um sistema lógico, prático, econômico, dinâmico e eficaz para garantir a produção de alimentos seguros à saúde dos consumidores. No Brasil, o Sistema HACCP passou a ser denominado oficialmente como Sistema APPCC, fazendo parte de diversos documentos oficiais que tratam dos aspectos ligados à Legislação e à Vigilância Sanitária de Alimentos. Dentre os documentos oficiais citados, se destacam a Portaria nº 1428/93 do Ministério da Saúde (MS) e a Portaria nº 46/98 do Ministério da Agricultura e do Abastecimento.

Plano de erradicação da febre aftosa avança nas Américas

O plano de erradicação da febre aftosa nas Américas, definido pelo Grupo Interamericano para Erradicação da Febre Aftosa nas Américas (GIEFA), entra em sua fase final. Após aprovação na reunião dos Ministros de Agricultura e setores privados do Comitê Hemisférico para a Erradicação da Febre Aftosa (COHEFA), em Brasília e na Organização Pan-americana de Saúde (OPS), em Washington (EUA), o plano foi enviado aos países membros para, até final de janeiro de 2005, apresentar suas observações regionais.



O setor privado brasileiro já fez suas observações e ajustes com vistas a ressaltar, acrescentar ou corrigir algum item do plano, e enviou o material recentemente ao Centro Pan-americano de Febre Aftosa (PANAFTOSA).

Dentre as sugestões do setor privado brasileiro, está a necessidade de destacar claramente as áreas prioritárias preocupantes, quer sejam de risco desconhecido, de dúvidas ou suspeitas constantes ou com deficiente infra-estrutura de defesa, e direcionar os recursos dos fundos internacionais para aplicação exclusiva nestas áreas.

A vacina trivalente (OAC) deve ser usada no Brasil e recomendada para Paraguai, Bolívia, Venezuela e para o Departamento do Amazonas, na Colômbia, para evitar a disseminação do vírus C na região. O Brasil sempre utilizou a vacina trivalente contra os vírus O, A e C. A decisão é da maior importância para a proteção total do rebanho nacional contra os três vírus presentes no nosso continente. A presença do vírus tipo C no foco no Amazonas é um risco e pode levar a um retorno da vacina trivalente em alguns países.

Outras questões sobre as vacinas envolvem quatro pontos:

1. A rastreabilidade da comercialização das mesmas, desde o laboratório produtor até o criador que a use;
2. A obrigatoriedade dos testes de inocuidade para todas as vacinas usadas no continente;
3. A obrigatoriedade do uso de vacinas oriundas de fábricas dotadas de biossegurança no nível P3+;
4. A definição de conceitos e condições para bancos de reserva de vacina no continente.

O setor privado pede ainda que a região use apenas tecnologias recomendadas pela Organização Internacional de Epizootias (OIE) na produção de vacinas. O antigo método Frenkel de inoculação de epitélios de bovinos deve ser eliminado. Apesar da tentativa de alguns países, a reintrodução do método poderia envolver riscos de transmissão de doenças desconhecidas, como

Zonas de preocupação

- Chaqueña Sul-americana, envolvendo territórios de Bolívia, Paraguai e Argentina;
- Equador e Venezuela;
- Áreas da Bolívia e Paraguai fronteiriças com Brasil;
- Regiões ainda não incorporadas ao Plano Hemisférico de Erradicação da Febre Aftosa (PHEFA), como o Norte do Brasil envolvendo os estados: Amazonas, Roraima, Amapá e parte do Pará; e o Nordeste Brasileiro, com os estados: Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí,

Sugestões de biossegurança

- Determinação de envio de material suspeito a laboratórios credenciados, capacitados e providos com recursos de biossegurança;
- Rotina de auditorias dos laboratórios;
- Exigência da eliminação de qualquer manipulação do vírus da aftosa sem condições de biossegurança;
- Uso somente de vacinas biosseguras e sem proteínas não-estruturais, até a determinação de que todo laboratório de produção de biológicos ou de diagnóstico no continente tenha segurança biológica de nível P 3+;
- Cuidados com as vacinas contra a febre.

das encefalopatias espongiformes.

É de extrema importância a implantação de mecanismos claros de punição a quem não seguir normas, tanto criadores e industriais, como países ou Estados, e ainda penas maiores para reincidentes.

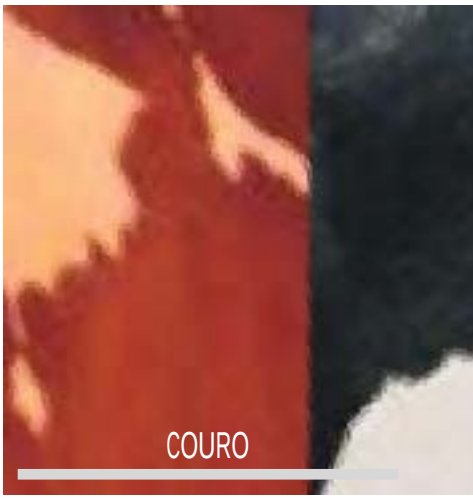
O plano continental foi elaborado após a realização da Conferência Continental de Erradicação da Febre Aftosa, em Houston (EUA), no começo de 2004. Para executá-lo, estima-se que serão necessários US$48,3 milhões nos próximos cinco anos, de 2005 a 2009, previstos para erradicar a doença. ■

Meta brasileira é erradicar a doença até o final de 2006

Pretende-se livrar todo o rebanho nacional da doença até o final de 2006. Cerca de 26 milhões de bovinos começaram, em março, a ser vacinados contra a febre aftosa nos estados da Bahia, Ceará, Espírito Santo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Atualmente, mais de 85% das quase 193 milhões de cabeças do gado brasileiro estão em zonas livres da aftosa com vacinação.

O Mato Grosso do Sul deverá ser o 25º Estado a integrar a Campanha Nacional de Educação contra a Febre Aftosa. Os outros 24 Estados já aceitaram se integrar. A mobilização deverá ser iniciada em Tocantins, na segunda quinzena deste mês. A idéia é desenvolver a educação com um agente de educação contra a aftosa em cada município do País, totalizando 5.563 cidades.





Como os neg

ALCIDES DE MOURA TORRES JR.
FABIANO R. TITO ROSA
MAURÍCIO PALMA NOGUEIRA

O Brasil é o maior exportador e o segundo maior produtor de carne bovina do mundo. Contudo, outros produtos de sua cadeia produtiva ganham destaque, como o couro. Em 2004, da produção nacional, foram negociados no mercado internacional cerca de 67% do couro e 22% da carne.

A taxa de desfrute do rebanho nacional, que mede a porcentagem de animais abatidos em relação ao rebanho, atualmente está próxima de 21%. Ou seja, de 195,55 milhões de cabeças bovinas no País, cerca de 41 milhões são abatidas.

De 1994 a 2004, a participação da produção brasileira de couro em relação à produção mundial saltou de 8,7% para 12%. Com exceção de alguns países como Índia e China, em nenhum outro ponto do mundo a pecuária apresentou um crescimento tão significativo. A taxa média de crescimento da produção brasileira de couro dos últimos dez anos, de 5%, praticamente dobrou de 2003 para 2004.

Com base em números preliminares do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é possível estimar que em 2004 o abate geral cresceu mais 10%, com